

## **A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder**

Maiane Liana Hatschbach Ourique\*  
Elisete M. Tomazetti\*\*

### **Resumo**

O Orientador Educacional, por ajudar a comunidade escolar a compreender os diferentes processos pelos quais passa esta comunidade, tem um significativo papel formativo, pois os elementos sócio-culturais que sustentam a autoridade são a todo o momento mobilizados. Por isso, esta pesquisa tem como objetivo, além de discutir a influência da autoridade na prática educativa, identificar a relevância dada a esta questão pelos Orientadores Educacionais. Buscando uma interpretação hermenêutica do processo educacional, é possível dizer que ele se organiza sobre o auspício da autoridade, porque pressupõe que existam no grupo pessoas com mais experiências que possam ajudar outras a crescer. Ao utilizar-se deste argumento e das relações de poder daí advindas, o professor favorece a produção de saberes e discursos, induz ao prazer. Ao perceber a autoridade como elemento fundamental na condução de processos de liberdade, o Orientador Educacional entende também que seu papel é de proporcionar práticas intersubjetivas em que a diferença seja vista como possibilidade de crescimento pessoal/social e de libertação.

**Palavras-chave:** Orientador Educacional. Autoridade. Processo Educacional.

## **The authority in the educational process: the orientadores educacionais while mediators of the power relations**

### **Abstract**

The Orientador Educacional is very important to school community understands it's formation, because the process that support the authority are reminded all the time. So, the search's objectives are the discussing of authority influence in learning and identify the importance for the Orientadores Educacionais. By means of hermeneutic interpretation, it's possible to say that the educational process is organized under authority power. The argument of that exist peoples capable of help other to grow is a support to the teachers develops the knowledge production. In such case, the Orientador Educacional understands that his function is providing experiences so that the difference been a possibility of individual emancipation and social development.

**Keywords:** Orientador Educacional. Authority. Educational Process.

---

\* Especialista em Supervisão e Orientação Escolar do Centro Universitário Franciscano/UNIFRA.

\*\* Profa. Dra. em Educação – Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria/CE/UFSM.

## 1. Introdução

Vista como resultado de um processo de evolução social, a escola tem um duplo e até mesmo antagônico papel, constituindo-se em um espaço para a aprendizagem e cultivo dos comportamentos e atitudes socialmente construídos e aceitos, ou seja, deve desenvolver as competências para a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que precisa dotar os educandos de competência cognitiva, simbólica e estrutura racional individual capaz de promover mudanças e progressos sociais.

A problemática da autoridade nas relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem entre os sujeitos aí envolvidos, salientando sobremaneira a atuação do Orientador Educacional, torna-se cada vez mais uma discussão imprescindível. Nestes tempos, se atribui à escola tarefas de grande complexidade e que, em outros momentos, eram desempenhadas pela família ou não tinham importância, pois os modos sociais de vida davam conta de desenvolver naturalmente estes costumes, como a educação sexual, a ética nas relações interpessoais e a convivência pacata nas comunidades ainda a salvo da violência. Sendo assim, o problema que norteia este trabalho é o seguinte: o orientador educacional considera importante o papel da autoridade, que se constitui no interior da escola, no processo emancipatório vivenciado pelos sujeitos da aprendizagem?

A ênfase dada ao Orientador Educacional deve-se fundamentalmente a tarefa mediadora que desempenha com os aprendizes, ajudando-os a constituírem-se sujeitos sociais e históricos em meio a uma cultura com normas e comportamentos já estabelecidos, decorrendo disso grande parte da responsabilidade de propiciar práticas que levem ao auto-conhecimento e ao reconhecimento da necessidade de adaptar-se, em grande medida, a uma organização social construída historicamente. Dessa forma, o objetivo do trabalho configura-se em identificar a relevância dada pelo Orientador Educacional às influências exercidas pela autoridade no processo formativo dos educandos, sabendo que estes estão inseridos num contexto de tradição, em que as relações entre passado e presente sofrem mútua intervenção.

Esta pesquisa tem característica fenomenológica-hermenêutica, preocupando-se com a questão da autoridade não para tentar explicá-la exclusivamente, mas para situá-la em seu contexto de tradição e de historicidade como algo que nos ultrapassa e, por vezes, determina nossas posturas atuais. A abordagem do tema em sua historicidade não pretende realizar descrições exaustivas sobre o valor dado à autoridade ao longo da evolução do sistema educacional, mas, desvelar suas reais influências no processo de formação do sujeito, admitindo que a legitimidade dada à escola para exercer tal papel está enraizada sob o signo da autoridade.

Os dados apresentados são considerados como constituintes da experiência dos sujeitos que os vivenciam e, por isso, carregados de significados próprios. As dez Orientadoras Educacionais entrevistadas pertencem à rede pública e privada da cidade de Santa Maria. Ao longo deste trabalho, os depoimentos colhidos aparecem identificados por letras, preservando, assim, a identidade pessoal dos entrevistados.

Num primeiro momento, apresentamos aspectos que permitem a compreensão da autoridade em seu complexo processo de constituição. Esta discussão faz-se necessária para entendermos as concepções que os Orientadores Educacionais têm de seu papel na escola e que, certamente, influenciam a maneira

de conduzir seu trabalho e lidar com questões sobre liberdade, autoridade, autoritarismo, relações de poder, elementos presentes ao longo deste trabalho.

Tendo em vista as preocupações que mais envolvem o SOE (Serviço de Orientação Educacional), num segundo momento, apresentamos três categorias problemáticas no atual contexto escolar: as relações de poder e o exercício da liberdade; os (des)encontros entre a família e a escola e a (in)disciplina na escola.

## **2. A escola e o orientador educacional diante da polaridade autoridade – autoritarismo**

A partir a Modernidade, a escola recebeu a incumbência de cultivar valores e conhecimentos considerados importantes para o progresso e emancipação do homem, grandes ideais da época, e o professor passou a ser a figura que incorporou uma autoridade dada antes a mitos e instituições religiosas. Contudo, esta passagem não aconteceu de forma explícita e consensual. O movimento iluminista pregava o valor inalienável da razão libertadora contra qualquer designo externo ou pré-estabelecido, comum em sociedades feudais e clericais: "(...) a crítica racionalista contra um modo de organização social, considerado arbitrário e irracional, criou e difundiu o grande *preconceito* contra qualquer autoridade e também contra a tradição da qual eram herdeiros" (ALMEIDA, 2000, p. 38).

O processo educativo organiza-se sobre o auspício da autoridade, pois ele pressupõe que existam no grupo pessoas com mais experiências que possam ajudar outras a crescer. Esta idéia está na origem da palavra autoridade (*auctoritas* é derivada do verbo romano *augere*: "aumentar", "fazer crescer") e na escola ela é incorporada, de maneira significativa, pelo professor, que se configura no mediador entre as informações do mundo social e os alunos, apontando o melhor caminho para a construção do conhecimento ou "ajudando-os a crescer".

Assim como os primeiros modernos defendiam a liberdade individual como condição primeira à emancipação do homem, confundindo autoridade com obediência irracional, duas das Orientadoras entrevistadas mantêm esta perspectiva preconceituosa ao expressarem seu entendimento sobre autoridade: "pessoa que tem o poder de mandar, de impor sua vontade" (Orientadora "B"); "eu não sou a favor disso, quando alguém se impõe (Orientadora "C").

Por tal confusão, não podemos afirmar que estas Orientadoras não usufruam sua autoridade para desempenhar seu trabalho, contudo não ter consciência deste importante caráter que compõe o ser professor é não estar comprometido com a formação autônoma e crítica, que se alicerça em valores e atitudes sociais e no reconhecimento do outro como possibilidade de crescimento individual e coletivo. Neste sentido, Paulo Freire alerta: "se a autoridade renuncia a si mesma, a liberdade não se constitui como tal" (apud D'ANTOLA, 1989, p. 3-4).

Às vezes, por medo de tomar decisões e ser rotulado como autoritário, os sujeitos não assumem suas responsabilidades perante o grupo social. Em qualquer organização, inclusive na escola, existem questões que alguns membros mais experientes, ou os professores, têm maiores condições de decidir pelo melhor caminho, pois colocam suas experiências e conhecimentos para vislumbrar o horizonte e perceber a que fins determinadas posturas levarão. Abrir mão desta capacidade e autoridade conquistadas em favor de uma idéia de democracia e liberdade é deixar a

a comunidade entregue a própria sorte, atitude tão ou mais castradora que aquela vivenciada em períodos de declarado autoritarismo, quando a vontade arbitrária de um chefe tem força de lei.

D'Antola chama de democratismo um regime em que todas as decisões são tomadas a partir do debate e/ou consulta com todos os interessados:

Tanto o autoritarismo quanto o "democratismo" são negativos. O primeiro porque não considera absolutamente aqueles que serão atingidos pelas decisões, o segundo porque, no afã de consultar *todos* para *todas* as decisões, corre o risco de desconsiderar a competência necessária para a execução de certas ações (D'ANTOLA, 1989, p. 50).

A autoridade, não se constitui numa obediência cega e muda, mas, em suas diferentes formas, advém de acontecimentos histórico-culturais transmitidos ou construídos ao longo do tempo numa relação dialética entre o passado e o pensamento atual. A noção de autoridade pressupõe uma relação constituída de polaridades complementares, sendo que um toma o lugar de agente da ação (pai, administrador público, professor) e o outro é o alvo desta ação (filho, cidadão, aluno). Além disso, é imprescindível que todos os envolvidos nesta relação reconheçam o lugar ocupado por aquela autoridade, legitimando-a ao enxergar seus méritos, num regime positivo de coerção; ao contrário, não seria uma relação de autoridade, mas autoritária, de imposição.

Horkheimer afirma que todo o grupo social organizado age sob o signo da autoridade - que traz consigo orientações sobre a conduta dos indivíduos-, pois os indivíduos não reemitem um juízo próprio a cada momento, "mas confiam num pensamento superior que, sem dúvida, pode ter-se formado com a sua cooperação" (1990, p. 193).

Esta autoridade exterior somente se converterá em autoridade interior, sob um processo reflexivo. Prestes cita Habermas para explicar esta interiorização: "Só um processo reflexivo permite a apropriação do caminho da autoridade, tirando do mesmo aquilo que *'era pura dominação'* para ser *'dissolvido na coerção sem violência da inteligência e da decisão racional'*" (1996, p. 53).

O professor não sustenta a autoridade apenas na sua erudição, mas na sua disponibilidade em ensinar o que sabe com responsabilidade social, sendo exemplo ao aprendiz de um querer-saber e tendo fé na "grandeza de sua missão" (DURKHEIM, 1978, p. 55).

Assim, o entendimento da maioria das Orientadoras entrevistadas de que a autoridade comporta posturas responsáveis, dialógicas, autônomas é um importante aspecto para efetivação desta autoridade. Eis alguns destes depoimentos:

É a negociação com competência, fazendo as pessoas entenderem que tem sentido o que se está propondo, sempre com diálogo. Autoridade é o privilégio da decisão tomada no coletivo, enquanto que no autoritarismo o privilégio é da opinião individual (Orientadora "A").

É o crescimento com autonomia e responsabilidade (Orientadora "D").

### **A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder**

Aquele que sabe coordenar, que se faz respeitar sem impor. A autoridade deve estar na pessoa simples e que sabe servir (Orientadora “E”).

É preciso ter firmeza e clareza de objetivos para se ter autoridade, sem isso vira autoritarismo (Orientadora “H”).

Maneira de conduzir as coisas para o benefício de todos, fazendo com que as normas sejam cumpridas (Orientadora “I”).

Reconhecer a autoridade como parceira indispensável a uma educação que visa a autonomia e a formação de sujeitos comprometidos e transformadores de sua realidade social é reflexão que deve ser feita por todos os professores envolvidos nesta tarefa, contudo ressaltamos neste momento as concepções dos Orientadores Educacionais já que, na escola, são os responsáveis por práticas propagadoras do clareamento destas questões àqueles que ainda confundem autoridade e autoritarismo.

A pluralidade social que, no momento, se configura não nos permite conceber a Orientação Educacional em termos de ajustamento do aluno a modelos de escola, de família, de homem. As grandes narrativas que sustentavam estes paradigmas já não têm força e o trabalho do Orientador consiste agora em promover práticas dialógicas, que conduzam ao autoconhecimento e ao reconhecimento dos sujeitos enquanto sociais e históricos. Assim, partimos de uma Orientação voltada para a individualização e chegamos a uma Orientação coletiva, comprometida com o social:

[...] o trabalho do orientador tem uma conotação de pluralidade dos objetivos, que envolve, além dos aspectos pessoais do aluno, os aspectos políticos e sociais do cidadão. A Orientação, por certo, procurará compreender e ajudar o aluno inserido no seu próprio contexto, com suas culturas e seus próprios valores (GRINSPUN, 2001, p. 14).

Se antes o Orientador deveria se preparar para resolver todos os possíveis problemas enfrentados pelo aluno (ligados à afetividade, sexualidade, família, ajuste social), hoje, seu papel relaciona-se a incitar reflexões, discussões e identificação dos problemas vivenciados não apenas pelos alunos, mas pela comunidade escolar em geral. Existem ainda preconceitos e antagonismos, por vezes falsos, que há muito persistem no imaginário da escola e o Orientador, por estar em contato com os diferentes segmentos dela, tem a possibilidade de percebê-los mais facilmente. Cuidar para que a escola como um todo seja guiada por interesses comuns, certamente é uma das mais importantes tarefas do Orientador, conduzindo reflexões que entendam a íntima relação entre autoridade e liberdade; respeito às normas e formação de cidadãos; disciplina, construção do conhecimento e criticidade.

### **3. A relação liberdade – autoridade: o papel do orientador educacional frente às novas configurações**

Junto ao restante da equipe docente da escola, o engajamento responsável do Orientador Educacional nas discussões que permeiam o processo educativo é essencial, as reflexões que promove junto à comunidade sobre o significado das metas educacionais, das atitudes do homem na sociedade, sua responsabilidade e grau de liberdade constituem a base fundamental do seu trabalho.

Neste sentido, ao referirem-se as suas funções, as Orientadoras explicitaram

preocupações que configuram o cotidiano do SOE, em que alunos, pais e professores dialogam na busca de ações educativas de qualidade e, por isto, as relações de poder e o exercício da liberdade, os ensinamentos da família e da escola e as questões disciplinares são categorias bastante significativas de análise desta realidade.

### 3.1. As relações de poder e o exercício da liberdade

Entendendo o homem como uma entidade socializada, seus desejos, disposições de caráter e modos de reação foram cunhados pela respectiva relação de poder na qual se desenvolvem os modos sociais de vida. Esta relação, inclusive, faz-se necessária como elemento referencial para as ações do homem no mundo, preenchendo-as de sentido e situando este sujeito como histórico.

Foucault (1998) diz que a escola é o espaço onde o poder disciplinar produz o saber e caracteriza o poder como formas díspares, heterônomas, em constante transformação, enfim, uma prática social historicamente constituída e exercida de formas variadas por também diferentes instâncias, produzindo não apenas dominação e repressão (seu lado negativo), mas também estratégias de produtividade que conduzem o ser humano ao seu aprimoramento (seu lado positivo). Podemos dizer que o professor em sala de aula utiliza-se da estratégia do poder, fazendo uso do mesmo argumento de Foucault<sup>3</sup> porque, ao desenvolver sua função educativa, media a produção de coisas e discursos, induz ao prazer, forma saberes, ou seja, faz valer sua autoridade para “aumentar” (condição implícita na origem romana do termo autoridade) as capacidades dos educandos.

Assim, os professores, agentes políticos e mediadores da construção do conhecimento e do desenvolvimento da consciência, trazem para a sala de aula, muitas vezes sem saber disso e de suas implicações, suas crenças, valores e, a partir daí, acontecimentos sociais que considera válidos para o cumprimento de sua função educativa. Quando, por exemplo, suscita discussões sobre os direitos e deveres dos alunos ou sobre atitudes e comportamentos que devem ser zelados pela escola deixa seu posicionamento vir à tona, mesmo sem querer que isto aconteça, através de representações semióticas ou ferramentas lingüísticas. Estas questões são instrumentos, que não apenas conduzem à construção do conhecimento pelos alunos, mas também são utilizados pelo professor para expor, segundo o seu ponto de vista e das organizações das quais faz parte (família, igreja, associações comunitárias...), as regras e crenças existentes na sociedade e que distribuem ou justificam o poder. Assim, a autoridade do professor não está, conforme Nash (1968, p. 125), na sua pessoa, mas na “situação didática” ou na estrutura político-pedagógica da qual faz parte.

Nascemos e crescemos em ambientes bastante coercitivos e, com o passar do tempo, vamos nos libertando desta certa forma de tirania, compreendendo as forças que estão por detrás dos acontecimentos sociais e agindo, até certo ponto, de acordo com nossas próprias vontades, uma vez que “construímos nossa consciência dentro dos limites das práticas discursivas e regimes de verdade moldados pelo poder” (KINCHELOE: 1997, p. 45).

Observando a realidade escolar, podemos perceber que os primeiros anos, principalmente, são dedicados a incentivar os recém-chegados a descobrirem as familiaridades existentes entre si e os demais membros da comunidade, todos os

**A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder**

instrumentos são mobilizados para aclimatar os sujeitos da aprendizagem nesta nova organização, que possui normas e autoridades que ora se personalizam ora estão apenas mentalmente constituídas, pois foram de algum modo transmitidas. Nos anos seguintes, quando os hábitos e atitudes já estão bastante arraigados, a ênfase é dada aos saberes historicamente construídos, pois a disciplina necessária para utilizar tais conhecimentos já foi cultivada.

Desta forma, a liberdade não é *a priori* uma condição humana, como Rousseau acreditava, pois, seja através de pessoas ou instituições, vivemos sob a orientação de autoridades e conduzimos nossas ações conforme a posição que nos encontramos perante as relações de poder estabelecidas.

Ser livre é *libertar-se*: da ignorância primitiva, do determinismo genético exclusivo moldado segundo nosso entorno natural e/ou social, de apetites e impulsos instintivos que a convivência ensina a controlar (SAVATER, 2000, p. 112).

Por isso, a Orientadora “C” acredita que, na escola, os alunos vivenciam uma “liberdade vigiada”, já que existe todo um aparato de normas e pensamentos que dirigem as atitudes dos alunos, além dos perigos que hoje existem na sociedade (drogas, violência...).

Contudo, reconhecer que existem forças sociais que influenciam e, por vezes determinam as ações do homem no mundo, não quer dizer que ele não exerça também o poder sobre o grupo, já que este não é uma forma global e unitária de força, mas descontínua, dispersa e multifacetada.

A pedagogia liberal, que teve seu desfecho no movimento da Escola Nova, cultuou a liberdade individual como ponto de partida da educação, polarizando a relação entre liberdade e autoridade. Durkheim, ao contrário, acreditava na correlação entre estas duas esferas:

A liberdade é filha da autoridade bem compreendida. Porque ser livre não é fazer o que se queira; é ser-se senhor de si, saber agir pela razão, praticando o dever. Ora, é justamente com o objetivo de dotar a criança desse domínio de si mesma que a autoridade do mestre deve ser empregada (1978, p. 56).

Desta forma, pensamos que a liberdade é ponto de chegada da educação, e não de partida, sendo o professor o agente que auxilia o educando a ter clareza de quais são seus deveres perante a sociedade. É também neste sentido que a Orientadora “A” entende o significado de liberdade:

É fazer aquilo que nos é permitido dentro dos limites do certo e do errado, ser livre para opinar e colocar suas próprias idéias, respeitando sempre os direitos dos outros. O que é certo depende dos valores e do olhar que dirigimos às coisas, o importante é querer crescer com o outro. Neste ponto, o Orientador deve construir a cidadania.

E, para ser um agente em favor da cidadania, o Orientador Educacional precisa considerar que nosso sistema de valores, crenças, regime de verdade e necessidades vão mudando ao longo do tempo e configurando nossos modos sociais

de vida, sendo a liberdade, uma das grandes metas da educação, a síntese que abarca todas estas forças: “E quanto mais o homem associa-se a outros homens, no convívio social, maior a multiplicidade de forças envolvidas e mais poderosa a resultante, o que ele chama de ‘liberdade do ser social’” (GALLO, 1998, p. 16-17).

Silvio Gallo está se referindo ao filósofo francês do séc. XIX Pierre-Joseph Proudhon. Suas idéias vêm de encontro com a máxima popular “a minha liberdade termina onde começa a do outro”, freqüente nas entrevistas realizadas e que reproduz a idéia de liberdade como um processo individual e não como uma construção social. É Mikhail Bakunin, anarquista russo e discípulo de Proudhon, que introduz o fator coletivo à concepção de liberdade, já que para ser livre é também preciso ser reconhecido pelo outro como tal, advindo daí a consciência desta liberdade: “Por outro lado, só posso considerar-me verdadeiramente livre em meio a homens livres, pois uma liberdade que se sustente sobre a opressão – não-liberdade do outro – não pode ser verdadeira” (Ibidem, p. 18).

Assim, a liberdade se faz com o outro e não independente dele, como muitos professam, sendo a relação dialética libertar-se-humanizar-se uma produção da cultura, da civilização, e não um fato natural do desenvolvimento humano, uma vez que o homem, ao pensar seu meio, vive cada vez mais sob seu próprio auspício, produzindo liberdade e humanidade.

A consciência desta responsabilidade se dá no espaço social em que estamos inseridos. É no convívio com as pessoas mais experientes que, aos poucos, o indivíduo compreende as relações existentes e pensa em como se adaptar àquela realidade ou adaptá-la às novas condições de vida, contribuindo neste ciclo dialético pelo qual a civilização se alicerça.

Ao perceber a autoridade como elemento fundamental na condução de processos de liberdade, o Orientador Educacional entende também que seu papel é de proporcionar práticas intersubjetivas em que a diferença seja vista como possibilidade de crescimento pessoal/social e de libertação. Alunos e professores, ao aprenderem a perceber o mundo não apenas através de seu olhar pessoal nem com os olhos do saber cartesiano instituído, comprometem-se enquanto sujeitos na efetivação do projeto pedagógico escolar e constroem-se mais propensos as suas próprias vontades, conhecedores de suas responsabilidades perante o todo do qual fazem parte.

### **3.2. Os (des)encontros entre a família e a escola**

A crise instaurada com relação à suficiência da escola em promover sua função educativa, dando conta dos diversos campos que se entrecruzam neste ambiente, caracteriza-se por um jogo de forças entre professores, alunos e pais, em que aqueles reclamam a participação da família na educação de seus filhos e estes, por diversas razões, não reconhecem os mestres como uma autoridade, advindo daí uma série de transgressões.

Em termos quantitativos, podemos justificar esta insuficiência das práticas educativas em lidar com a variedade de questões que influenciam, de uma maneira ou de outra, o processo de ensino-aprendizagem lembrando do famoso funil que se configura a escolarização no Brasil. Do total de alunos que ingressam no sistema, é



**A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder**

ínfimo o número daqueles que conseguem concluir o ensino médio, ou seja, os alunos enfrentam várias barreiras ao longo do caminho que os forçam a desistir da escola, entre elas, podemos lembrar a necessidade de trabalhar, a repetência que desestimula e segrega, o entendimento do caráter não-utilitário do saber escolar.

O Orientador Educacional, para realizar um bom trabalho, precisa estar atento ao que acontece ao seu redor, tanto os acontecimentos e interesses da comunidade quanto às relações, valores e conceitos da sociedade como um todo são fatores influentes na condução do seu trabalho. A evasão escolar, por isso, é um problema que envolve o SOE à medida que ultrapassa os limites da sala de aula, chegando, muitas vezes, a tomar a escola como um todo:

Eu faço visita nas casas. Primeiro, faço levantamento das faltas, preencho ficha FICAI (Ficha do Aluno Infreqüente) e, então, antes de enviar pro Conselho Tutelar estas fichas, a gente vai na família resgatar este aluno. Têm casos assim, de alunos que já tinham praticamente desistido e retornaram e aí não precisou levar adiante e a ficha ficou na escola (Orientadora "A").

Existem problemas cuja origem pode estar na organização familiar da qual a criança faz parte, mas também a escola ou as posturas tomadas pelo próprio aluno podem ser a causa do seu desempenho escolar. O importante é desconstruir a máxima existente no imaginário dos professores de que o sucesso dos alunos nos estudos deve-se aos mestres, mas o fracasso não é de sua responsabilidade. Enquanto parte da equipe docente e pedagógica da escola, o Orientador Educacional deve desvelar estes posicionamentos extremistas, radicais, que rotulam o comportamento do aluno, sem, no entanto, menosprezar os valores, hábitos e incentivos recebidos pelos diferentes grupos dos quais ele faz parte. Neste sentido, os professores lembram que as crianças permanecem no ambiente escolar por apenas um sexto do dia, ficando sob a responsabilidade da família o restante do tempo. Na busca dos porquês do insucesso escolar do dia-a-dia, desenrola-se um jogo de empurra-empurra:

Professores culpam os alunos, que culpam os professores, que culpam os pais, que culpam os professores, e assim por diante, instaurando um círculo vicioso e improdutivo de atribuição de responsabilidade a um outro segmento envolvido (AQUINO, 2000, p. 42-43).

Sem dúvida, toda a comunidade escolar precisa estar comprometida, não na busca dos culpados, mas voltada para os fins estabelecidos por toda a escola, já que, de uma ou de outra forma, quem sentirá os resultados serão os alunos.

Ao entendermos que a participação da família é fundamental também no processo educativo formal, estamos abrindo espaço na escola, lugar em que o conhecimento histórico já sistematizado é perpetuado, para a valorização da tradição, saberes construídos e adotados por todos sem muitos protestos dos quais advém também grande parte da autoridade atribuída aos professores. É consenso entre eles o dever que a família tem em ensinar as crianças a respeitar seus mestres, as pessoas mais velhas, a Ciência que se materializa na instituição escolar: "Trata-se de um 'acordo' muitas vezes implícito, mas com uma densidade notável, posto que suas cláusulas balizam silenciosamente o que fazemos e o que pensamos sobre o que fazemos" (Ibidem, p. 60-61).

Quando os fundamentos que regulam esta ação institucionalizada pela escola, mesmo que de forma implícita ou não formal, são desconsiderados por algum motivo, deixando nebuloso o sentido destas práticas (o que fazer?) e suas estratégias de alcance (como fazer?), existe uma crise. E, se existe uma crise da autoridade do professor, gerada na contemporaneidade pelo culto ao imediatismo, à cultura midiática, à falta de clareza quanto às atitudes que compõem uma boa educação, ela está diretamente relacionada à crise da tradição, isto é, “com a crise de nossa atitude face ao passado” (ARENT apud AQUINO, 2000, p. 48).

A articulação entre a educação formal, a carga da escola, e a educação informal, desenvolvida pela família em seus pequenos através de hábitos e condutas morais, é de grande importância para que os parâmetros do que significa ser um cidadão responsável e crítico da realidade sejam alicerçados firmemente. A criança, quando pequena, pede<sup>4</sup> uma posição dos pais quanto ao que realmente é importante, já quando adolescente, confronta os discursos da família com os da escola e exige coerência e sintonia entre eles. A Orientadora “E” enfrenta estas situações em seu trabalho:

Às vezes, o que acontece é de haver um choque entre o que os pais acham certo e o que a escola diz. Mas são os alunos mesmos que dizem para os pais saberem das coisas ditas na escola. Aí, eles tão pedindo limites, coerência e responsabilidade dos pais.

Embora saibamos desta indispensável parceria entre família e escola, percebemos que, cada vez mais, o trabalho escolar precisa dar conta de atribuições que antes não lhe pertencia, muitos pais, porque precisam trabalhar ou têm outra idéia do que seja educar, não apresentam a seus filhos um sólido sistema de valores nem estabelecem os limites de comportamento, necessários ao reconhecimento de si próprios como sujeitos sociais e históricos.

Com tantas carências, os professores precisam desdobrar-se e exercerem vários papéis, são um pouco de psicólogos, conselheiros, médicos... “O papel de ensinar é ampliado até o incomensurável: é preciso ensinar tudo. Ao tamanho da carência projetada no aluno, corresponde a tarefa do professor primário hoje” (AMORIM apud AQUINO, 2000, p. 51).

A participação da família no processo de aprendizagem desenvolvido na escola é fundamental, assim, como o interesse da instituição em assistir os pais na educação de seus filhos, promovendo palestras e dialogando com eles, conforme a maioria das entrevistadas relataram. No entanto, é preciso cuidar para que estes encontros não sejam vistos como oportunidades de doutrinação, entendendo as posturas da escola como as únicas corretas, às quais todos devem adaptar-se exclusivamente. Existem ainda Orientadoras Educacionais que entendem sua função nesta perspectiva de simples adaptação do aluno à escola, por exemplo, quando perguntamos sobre como seus posicionamentos eram entendidos pelos alunos:

Eles sempre me escutam e, na maioria das vezes, tentam mudar (Orientadora “D”).

Normalmente, eles aceitam bem e ficam até agradecidos. E outras vezes a gente percebe que eles sentem como se aquilo ali fosse chamar a atenção, “vai lá conversar”, é uma coisa diferente. Ou, às vezes, até os

### **A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder**

colegas na sala de aula falam "oh, vem a Orientadora". Mas de modo geral eles são bem receptivos, vêm aqui procurar resolver as dificuldades deles (Orientadora "G").

Este elemento de resignação dos alunos frente aos discursos do professor ou da escola, que é descrito pelas entrevistadas como consequência positiva de seu trabalho, pouco colabora para uma formação crítica e construção da autonomia, pois demonstra o caráter totalitário, não dialógico e moralista das práticas discursivas adotadas pela instituição. Talvez o caminho da aceitação seja o único visto pelo aluno para livrar-se daquela conversa em que só uma das partes expõe seus valores, cabendo a outra apenas ouvir e incorporar tais atitudes.

Ao contrário, quando o processo educativo é encarado em sua dinamicidade, aberto a uma construção coletiva, a adaptação é de ambos os lados, embora os professores sejam privilegiados em saberes e experiências para a condução desta tarefa: "O movimento é dialético; porém, como a escola é agência de informação, supõe-se que ela saiba mais do que o menino. O que ela devia fazer era começar um processo de ensinar ao menino o que é adequado e daí dar o salto com ele" (FREIRE apud D'ANTOLA, 1989, p. 8).

### **3.3. A (in)disciplina na escola**

O termo disciplina, numa esfera de senso comum, pode remeter-nos num primeiro momento a práticas autoritárias, que lembra obediência, castigo, regras e relação vertical de subordinação. Em se tratando de escola, a questão lembra o comportamento dos alunos e os mecanismos que podem ajudar a combater aquelas ações que fogem aos padrões assumidos como corretos. Podemos perceber esta relação de imposição e enquadramento às regras já existentes na opinião da Orientadora "C", indisciplina é "quando a criança não está dentro das regras e da filosofia da escola". A Orientadora "B" refere-se à indisciplina como "ato voluntário de reação diante de algo de forma anarquista", não acreditando, assim, que as ações dos alunos possam ser indícios, até inconscientes, de que existe um desconforto nas situações vividas, relacionadas ou não ao ambiente escolar, mas que estão interferindo neste espaço. Ainda, se a escola e o SOE, como afirma esta Orientadora, tentam auxiliar os alunos "de todas as formas possíveis na solução de seus problemas", a estrutura escolar não contém conflitos que precisam ser revistos, eles residem nos indivíduos, que devem adaptar-se àquele ambiente já posto.

Contudo, numa reflexão mais profunda, é possível percebermos uma relação íntima entre disciplina e a aprendizagem, que se dá através do exemplo, pois "disciplina" deriva da raiz latina *discipulus*, assim como "discípulo" que, para a maioria de nós, lembra os discípulos de Cristo, que amavam e admiravam-No tão profundamente que procuravam seguir Seu exemplo sem que para isto sofressem qualquer tipo de coerção, comum em sistemas autoritários:

Portanto, parece que o meio melhor e mais fácil de se tornar mestre de uma disciplina é ser primeiramente, e durante certo tempo, discípulo de alguém que na realidade a domine. (...) Uma disciplina merecedora de apreço não pode ser inculcada em alguém à força; na verdade, esse esforço é contrário à própria idéia de discipulado (BETTELHEIM, 1988, p. 104).

É preciso haver um ambiente disciplinado para que a criança sinta a

necessidade de introjetar-se disciplina, sem isso, “quer dizer, a criança entregue a ela mesma, dificilmente se disciplinará” (FREIRE apud D’ANTOLA, 1989, p. 3). Quando o grupo carece de um referencial disciplinar, suas ações e conseqüências, geralmente, são associadas a causas outras, pois esta relação não é visível se desprovida de um olhar mais atento. A não-valorização do saber escolar, a não-aceitação das normas, o não-reconhecimento da autoridade do professor podem ser conseqüência da não-introjeção da disciplina como uma necessidade à convivência no grupo, que deve ser sentida mesmo sem a presença física da autoridade do professor.

Por falta de discussão e reflexão sobre o tema ocorre uma tendência a tomar qualquer manifesto em favor da organização e das regras como ato autoritário. Os regimes de verdade são veladamente construídos e muitos preconceitos são consolidados justamente pela não discussão de suas significações e implicações. Talvez aí esteja uma das razões do desvio que as metas educacionais tomam desde a sua eleição até o trabalho realizado para o seu alcance. Se os objetivos são bastante discutidos e os termos cuidadosamente escolhidos, as ações, muitas vezes, não os contemplam, pela própria falta de clareza das questões que envolvem o paradigma adotado.

É preciso compreender que existe uma estreita ligação entre a formação de alunos “autônomos”, “críticos” e “cidadãos” e a construção de um ambiente organizado, com regras de convivência e diálogos intersubjetivos. Por isso, o Orientador Educacional, ao promover vivências reflexivas sobre as práticas educativas e as questões sócio-afetivas que fazem parte do dia-a-dia das crianças e jovens, está oportunizando a compreensão da dinâmica social em que os sujeitos estão envolvidos e comprometendo-se com um projeto político-pedagógico elaborado pela escola. Para que os alunos reconheçam a importância destas ações disciplinares, o discurso do professor precisa estar fundamentado em conseqüências práticas, isto é, mostrando o que realmente pode acontecer se o caminho disciplinar (ou licenciado) for seguido, assim, seu discurso será de autoridade e não correrá o risco de ser desmoralizado, tampouco sua figura do líder transformar-se-á em autoritária.

Freire dá-nos idéia do que referimo-nos como disciplina:

A disciplina é fazer o que posso, o que devo e o que preciso fazer. Fazer o que é possível na disciplina, tornar possível o que agora é impossível diz respeito necessariamente a vida interior da pessoa (Apud D’ANTOLA, 1989, p. 12).

Assim, a disciplina ou a indisciplina possui um caráter externo, relacionado a um que-fazer socialmente estabelecido, mas também um caráter interno, que diz respeito a introjeção das normas de comportamento e organização, inibidoras e cerceadoras do pensamento e das ações e, ao mesmo tempo, estimulantes do crescimento e aprimoramento humano.

A escola incita a disciplina ao valer-se do fim de construir conhecimentos, contudo a valorização deste saber deve ser assumida também pelas famílias, cujos valores devem estar em sintonia com àqueles adotados pela instituição. Saber os limites que as ações do homem têm numa sociedade é também tarefa que os pais precisam mostrar às crianças, trabalho que, nestes tempos, tem sido repassado em grande parte à escola, que, sozinha, não possui grandes instrumentos formativos. Também o reconhecimento do professor como uma autoridade depende dos discursos

da família em relação ao ensino ou ao próprio professor.

O professor auxilia os alunos a autodisciplinarem-se pelo exemplo que dá ao ser dedicado a profissão, à organização da aula, ao estudo. Os alunos entenderão tais atitudes como condição ao saber e almejarão esta conquista:

A disciplina externa traduzida em normas, na obediência aos modelos preestabelecidos, leva os sujeitos, inevitavelmente, a adquirir outro tipo de disciplina essencial para a apreensão do conhecimento, tanto dentro quanto fora da escola. É a disciplina interior ou a autodisciplina (SCHMIDT in D'ANTOLA, 1989, p. 36-7).

Esta introjeção e transformação interiores referem-se não a processos impostos ou autoritários, mas reconhece que a submissão a autoridades e leis sociais perpassa o caminho o caminho do saber, sendo tais forças contestáveis e dependentes dos valores e regimes de verdades cunhados em determinado momento histórico.

#### **4. Considerações finais**

O processo de ensino-aprendizagem, dialético e vulnerável às constantes modificações sociais, promove o desenvolvimento da racionalidade conforme os esforços empenhados para isto em suas práticas pedagógicas, contudo, resgatar a dimensão histórica da escola, reconhecendo que desempenha tanto um papel conservador das tradições quanto um revolucionário ao fomentar o senso crítico é imprescindível para um redimensionamento do próprio sistema educacional. Valorizando este contexto de tradição e admitindo que a autoridade exerce influências sobre a estrutura da escola e também sobre sua dimensão pedagógica, urge que se reconstrua seu significado sem recair em preconceitos e modismos que, nestes tempos, parecem agregarem-se facilmente às práticas educacionais.

Os depoimentos das Orientadoras revelam o entendimento da clara correlação existente entre binômios considerados pelo senso comum como antagônicos, elas percebem que uma educação para a liberdade não pode gerir-se sem autoridades personificadas ou moralmente constituídas; ainda, a disciplina faz parte de uma formação que visa a autonomia do homem. Contudo, é somente através de uma reflexão profunda e ampla análise sobre o próprio trabalho na escola que estas relações poderão ser explicitadas, o que revelará ainda que, embora seja mais trabalhoso alicerçar a autonomia em atitudes responsáveis e disciplinadas, o caminho da coerência é o mais seguro para alcançar as metas educacionais previamente traçadas.

Talvez seja ainda este salto do pensar para o agir que esteja faltando para as Orientadoras que entrevistamos, muitas vezes, as práticas que elas chamam de dialógicas e que têm a intenção de auxiliar os alunos e suas famílias na resolução de conflitos ocultam preconceitos e atitudes doutrinárias, pois ajudam a formar concepções equivocadas sobre o problema em questão, além de constituírem-se em verdadeiros receituários do que é permitido fazer ou o que precisa ser banido do cotidiano dos educandos em termos comportamentais, sociais ou morais.

Em muitas escolas permanece o entendimento de que o Orientador Educacional deve apresentar soluções para os problemas que lhes chega e a satisfação demonstrada pelas entrevistadas ao referirem-se às atitudes de

arrependimento dos alunos depois das conversas que estabelecem no SOE pode contribuir para a perpetuação de um paradigma de Orientação Educacional que hoje é considerado ultrapassado, devido às forças múltiplas que atuam nas situações escolares. Ou seja, o Orientador Educacional não tem como dar conta dos amplos conflitos que lhes são apresentados, nem poderia restringir-se a aconselhar os alunos, quando, na contemporaneidade, quer-se autonomia de pensamento e senso crítico para optar pelo caminho que o sujeito achar melhor.

Assim, se por um lado, os Orientadores Educacionais conseguem perceber a importância da autoridade na instituição escolar, superando preconceitos disseminados no Iluminismo contra qualquer voz externa, por outro, ainda existe um hiato entre suas concepções teóricas e a efetivação destas. Podemos especular que este desvio ocorre por que as orientações burocráticas tomam mais a atenção dos professores ou que é mais fácil agir de forma autoritária ou doutrinária ou, ainda, as ações docentes não são suficientemente refletidas e o alcance dos objetivos estabelecidos, se ocorre, é acidental, inconsciente. Sendo assim, é importante manter viva a discussão sobre questões fundamentais ao processo educativo, como liberdade, relações de poder, autoridade, tentando revelar as tantas ligações que aí se fazem e percebendo os professores como elementos referenciais para as ações dos educandos e constituição destes enquanto sujeitos sociais, inseridos em muitos contextos, mas que tradicionalmente vêem a escola como importante instituição disseminadora/oficializadora de padrões socialmente aceitos.

## 5. Referências

ALMEIDA, C. L. S. Autoridade e tradição. *Revista de Educação AEC*, Brasília, v. 29, n. 114, p. 37-47, jan./mar. 2000.

AQUINO, J. G. *Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos*. São Paulo: Summus, 2000.

BETTELHEIM, B. *Uma vida para seu filho*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

D'ANTOLA, A. (Org.). *Disciplina na escola: Autoridade versus autoritarismo*. São Paulo: EPU, 1989.

DURKHEIM, É. *Educação e sociologia*. Tradução Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

GRINSPUN, M. P. S. Z. *A prática dos orientadores educacionais*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 21. p. 81-171.

GALLO, S. Educação e liberdade. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA, textos, 1998, Santa Maria: UFSM, 1998. p. 15-24.

**A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder**

HORKHEIMER, M. Autoridade e família. In: *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva: Ed. da USP, 1990. p. 175-236.

KINCHELOE, J. L. *A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno*. Tradução Nize Maria Campos Pellanda. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NASH, P. *Autoridade e liberdade na educação*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

PRESTES, N. H. *Educação e racionalidade: conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

SAVATER, F. *O valor de educar*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**Notas**

<sup>1</sup> “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault: 1998, p. 8).

<sup>2</sup> As experimentações e desobediências quanto ao que os pais falam são testes para verificar a veracidade dos argumentos utilizados para a coerção. Por isto, Freire adverte que um *não* deve ter conseqüências práticas, não desmoralizando, assim, o discurso dos pais, sustentado pela autoridade (1989, p. 4).

**Correspondência**

**Maiane Liana Hatschbach Ourique** - Rua Alvareres de Azevedo 19/202 - Bairro N. Sra. do Rosário - Santa Maria - RS - Cep: 97010-010.

E-mail: maianeho@yahoo.com.br

**Elisete M. Tomazetti** - Rua Carlos Hur, 31/201 - Medianeira - Cep: 97070-790 - Santa Maria - RS.

E-mail: elisetem@pro.via-rs.com.br

Recebido em 18 de julho de 2004

Aprovado em 27 agosto de 2004